

MOTTA, Luiz Eduardo. *A Favor de Althusser: revolução e ruptura na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro: Gramma/Faperj, 2014.

Uma Obra Necessária

Jair Pinheiro*

Ganhei o livro *A Favor de Althusser*, de autoria do meu amigo Luiz Eduardo Motta, com o compromisso de resenhá-lo. Conhecendo-o, sabia que o presente não sairia de graça; mas valeu a leitura e o trabalho.

A escrita de Motta é clara, envolvente e incisiva. Uma vez iniciada a leitura, o leitor se sente preso à curiosidade de conhecer seus desdobramentos, às vezes simplesmente registro histórico (do autor, da obra ou do objeto dela), outras, profundas e fecundas interpretações teóricas ou, ainda, erudição. Como resenhar uma obra consiste basicamente em apresentá-la criticamente, o que me parece pouco pelo debate que este livro suscita, optei por fazer intervir nesta resenha algumas formulações do próprio Althusser e de outros autores, além de considerações minhas, o que lhe confere características de um pequeno ensaio.

A obra

Dividida em quatro capítulos, além da introdução, rica em informações sobre a história do autor e do althusserianismo no Brasil, o que acrescenta à obra a qualidade de fonte bibliográfica, ela cobre um amplo leque de questões que foram objeto da atenção do grupo que se reuniu em torno de Althusser e, posteriormente, dos estudiosos de sua obra.

O primeiro capítulo, intitulado *Quem (ainda) tem medo de Louis Althusser?*¹, apresenta um perfil intelectual deste autor e, ao traçá-lo, Motta recupera os temas suscitados pelo debate em torno da obra de Althusser e os debatedores nele envolvidos, no Brasil e no exterior. Para realizar o objetivo a que se propõe, Motta periodiza a obra

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n2.11.p215>

* Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da FFC/UNESP/Marília.

¹ Embora Motta não o declare, este título pode ser considerado uma homenagem a Carlos Escobar, que escreveu um artigo intitulado *Quem tem medo de Althusser?*, para combater as críticas recorrentes frequentemente mal informadas e, não raro, mal intencionadas, a Althusser. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/44/carlos_escobar_44.pdf.

althusseriana em quatro fases: a da leitura sintomal, que vai até 1968, quando começa a segunda, denominada “autocrítica”; seguida da terceira marcada pela presença mais acentuada do maoísmo na reflexão política de Althusser e, finalmente, a fase da tragédia pessoal.

A fase da leitura sintomal, conceito emprestado da psicanálise, consistiu em decifrar no texto de Marx o discurso latente, sistematizar os dispositivos conceituais nele presentes em estado prático. Na segunda fase, Althusser reconhece um certo desvio teorístico nas formulações de *Pour Marx* e *Lire Le Capital*² devido ao excesso de formalismo e à presença, nelas, apenas implícita do conceito de luta de classes, o que procura corrigir nesta fase denominada “autocrítica”, dando lugar à terceira fase como “(...) uma extensão da segunda, na qual acentuou ainda mais os traços leninistas da segunda e incorporou mais abertamente o maoísmo no aspecto político, além de demarcar uma posição completamente crítica às posições do PCF.” (p. 15)³.

Nessas três fases, o conceito de modo de produção orienta toda a interpretação althusseriana de Marx, embora com variações de ênfases e enfoques teóricos e políticos, assinaladas por Motta. Como crítica às interpretações vigentes, predomina como eixo das contribuições de Althusser as problemáticas da prática filosófica e da crítica ao humanismo teórico. Quanto à primeira, segundo Althusser, a partir d’*A Ideologia Alemã* Marx abandona a filosofia como matriz explicativa do mundo e se coloca no campo da história, da investigação das formas de produção e reprodução da vida social, de modo que “(...) o direito dessa história (da filosofia – JP) a existir como história específica é determinado pelas relações de articulação, portanto, de eficácia relativa, existindo no interior do todo.” (Althusser, 1996, p. 284), ou seja, do modo social de produção.

Esta crítica leva à segunda problemática, a substituição de conceitos ideológicos fundados na concepção de uma essência humana por conceitos materialistas que designam os elementos constitutivos das formas sociais; daí por que Althusser considere “(...) o marxismo enquanto uma problemática aberta, sem uma finalidade já dada, e sem um Sujeito centrado *a priori*, o seu ponto de vista teórico é permeado por incertezas e acasos, e sempre aberto às novas questões emergentes.” (p. 42).

² Duas coletâneas publicadas em 1964. A primeira, de textos de Althusser e, a segunda, além dele, inclui Jacques Rancière, Pierre Macherey, Étienne Balibar e Roger Establet, “acabou por se tornar um clássico aos olhos de muitos na França e no exterior; contudo, trata-se na origem apenas da transcrição de um seminário realizado na École Normale Supérieure da rue d’Ulm, durante o ano escolar de 194/65, sob a direção de Althusser”, como informa a edição francesa de 1996.

³ As citações sem indicação de autoria referem-se à obra resenhada.

Finalmente, a fase da tragédia pessoal, assim denominada por ser marcada pelo assassinato da esposa e a internação no manicômio, no plano intelectual se destaca o texto *Le Courant Souterrain du Matérialisme de la Rencontre*, de 1982, no qual Althusser afirmou que a filosofia “(...) não é mais o enunciado da Razão e da Origem das coisas, mas a teoria da sua contingência e do reconhecimento do *fato*, do fato da contingência, do fato da submissão da necessidade à contingência, e do fato das formas que “dão forma” aos efeitos do encontro.” (Althusser, 1994, p. 542), o que deu margem a um debate que está longe de terminar sobre a relação entre este texto e sua obra anterior.

No segundo capítulo, intitulado *Pluralidade contraditória e sobredeterminação*, Motta examina a distinção feita por Althusser entre a dialética hegeliana e a marxista. Neste exame, pode-se destacar como aspecto central dessa distinção a diferença entre uma dialética (hegeliana) assentada numa contradição simples, caracterizada pela contemporaneidade entre os elementos da contradição, e outra complexa e desigual (marxista) por se tratar das diferentes contradições internas a “(...) um “todo-complexo-estruturado com autonomia relativa entre as estruturas e as instâncias, as temporalidades dessas estruturas são diferenciadas.” (p. 58), com determinação em última instância do econômico.

Com essa formulação, Althusser confere materialidade histórica à ideia de todo; escapando, assim, à armadilha da categoria totalidade, que opera como premissa lógica (portanto, idealista), mesmo quando se introduz nela o conceito de modo de produção. Essa introdução apenas indica que a categoria totalidade opera autonomamente como premissa lógica, independentemente do conteúdo que se lhe atribua, razão pela qual o autor prefere a expressão “todo social”, ou “todo-estruturado-com-dominante”, no qual a totalização é operada por uma relação material (relações sociais de produção) que, conforme o tipo de combinação entre forças produção e produtor direto característico de cada modo de produção, determina a uma das instâncias (econômica, política ou ideológica) o papel dominante (Cf. Poulantzas, 1968).

Em *Sobre o conceito de ideologia*, terceiro capítulo, Motta revisita os mais importantes autores que trataram do tema, tanto na tradição marxista como fora dela, destacando-se a originalidade da contribuição althusseriana, ao formular o conceito de ideologia como práticas materiais, escapando, assim, a um dos paradoxos do debate sobre o tema, qual seja, o de criticar a visão daqueles de quem se discorda apoiando-se numa premissa supostamente evidente, permanecendo-se, assim, prisioneiro do campo da

ideologia. É o dilema do ovo e da galinha, ou seja, qual representação do real é objetiva? Ou, qual não é ideológica?

No campo do marxismo, muitos tenderam a responder a estas questões afirmando que bastaria introduzir o real no sistema lógico hegeliano, o que, paradoxalmente, reitera o idealismo filosófico que pretende combater; no liberal, a saída empirista foi tomar o indivíduo como dado, como se este antecedesse a forma social sob a qual ele vive, um tributo ao contratualismo do século XVIII.

Motta conclui sua revisão temática afirmando que “Althusser redefiniu o conceito de ideologia não somente no pensamento marxista (ao refutar o significado da ideologia enquanto falsa consciência, ou mera expressão de um contexto histórico), mas também nas ciências sociais em geral, ao se aproximar da psicanálise freud-laciana e definir a ideologia como uma prática que tem como efeito materializar a representação da relação imaginária dos sujeitos individuais com suas condições reais de existência.” (p. 103).

Está subjacente a esta conclusão a clássica distinção entre ciência e ideologia, à qual Althusser acrescenta a concepção de ideologia como “(...) um sistema (que possui lógica e rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos conforme o caso) dotado de uma existência e de um papel histórico no interior de uma dada sociedade. Sem entrar no problema das relações de uma ciência com seu passado (ideológico), diremos que a ideologia como sistema de representações se distingue da ciência no que sua função prático-social excede a função teórica (ou função de conhecimento). (Althusser, 1973 p. 238),

Tais sistemas (ideologias) existem nos aparelhos ideológicos de Estado e são produzidas em práticas (rituais materiais), como “(...) a realização de uma ideologia (sendo que a unidade dessas diferentes ideologias – religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc. – é garantida por sua subsunção à ideologia de Estado).” (Althusser, 1999, p. 206); com o que se alcança a unidade do complexo conceito althusseriano de ideologia: o que é, modo de produção e sua existência material.

No capítulo quarto, *A respeito da questão da democracia no marxismo*, Motta examina como o tema aparece no debate marxista, sua evolução desde o Manifesto até o debate eurcomunista e as diferentes posições de Althusser e Poulantzas sobre este debate, concluindo que “Com a crise de várias formações socialistas acusadas de autoritarismo (...), Poulantzas abriu mão do conceito de ditadura do proletariado por considerá-lo insuficiente e optou pelo (não menos problemático) “socialismo democrático” (p. 141).

No parágrafo seguinte, Motta afirma (uma tomada de posição?) que “A vantagem de Althusser (e de Balibar) é a de que a sua defesa do conceito de ditadura do proletariado de Marx é uma tomada de posição crítica à democracia-liberal/institucional (ou democracia procedimental) e à defesa de uma democracia de massas e da constituição de novas práticas políticas.”. Como por trás da controvérsia conceitual sempre está uma tomada de posição e a pretensão de sustentá-la cientificamente, numa conjuntura como a atual, marcada pela sobrevalorização da democracia, cabem aqui pelo menos duas perguntas: 1) a tomada de posição crítica à democracia burguesa torna necessário o uso do termo ditadura acrescido de “proletariado”? e 2) é adequada a crítica à democracia burguesa por ser institucional e procedimental?

A resposta à primeira pergunta é não, se tomarmos como referência a afirmação de Lênin segundo a qual, “As formas dos Estados burgueses são extraordinariamente variadas, mas a sua essência é apenas uma: em última análise, todos esses Estado são, de uma maneira ou de outra, mas necessariamente, uma *ditadura da burguesia*. A transição do capitalismo para o comunismo não pode naturalmente deixar de dar numa enorme abundância e variedade de formas políticas, mas a sua essência será necessariamente uma só: *a ditadura do proletariado*. (1980, p. 245. Itálicos no original).

Seis páginas à frente, a propósito da abolição dos direitos de representação na Comuna de Paris, Lênin afirma: “É aqui exatamente que se manifesta de modo mais evidente a *viragem* da democracia burguesa para a democracia proletária, da democracia dos opressores para a democracia das classes oprimidas, do Estado como “*força especial*” para a repressão de uma classe determinada, para a repressão os repressores pela *força geral* da maioria do povo, dos operários e dos camponeses.” (Id., p. 251)

Além da oscilação terminológica entre “ditadura do proletariado” e “democracia proletária”, o que está subjacente como denominador comum da variedade de formas (república parlamentar, monarquia constitucional, ditadura, etc.) é a dominação de classes, observação também feita por Motta. Essa oscilação e esse denominador comum sugerem que democracia proletária substitui com vantagem ditadura do proletariado e evita a associação entre socialismo e forma de governo autoritária.

No que se refere à segunda questão, para se obter uma resposta adequada é preciso remeter ao conceito de instituição, definido por Saes como o “(...) conjunto das regras formais de ação proclamadas pelo Estado e oficialmente aplicadas na organização das suas atividades internas e na regulação das relações entre os indivíduos ou da relação entre Estado e indivíduos.” (2013, p. 283); regras formais (institucionais) que regulam as

práticas sociais, incluindo “ (...) a prática política que, no caso dos partidos marxistas, não é mais espontânea, mas organizada com base na teoria científica do materialismo histórico, que transforma sua matéria primeira, as relações sociais, em um produto determinado (novas relações sociais); (...)” (Althusser, 1973, p. 168). Evidentemente, no caso dos partidos burgueses, essa prática é reprodutora das relações sociais burguesas.

Desse modo, como toda sociedade tem práticas institucionalizadas (não necessariamente pelo Estado), a crítica genérica ao caráter institucional e procedimental da democracia burguesa, além de induzir à suposição da possibilidade de práticas políticas não institucionalizadas (anárquicas?), assume como evidente (por certo não o é) os fundamentos reprodutores da dominação implicados nas instituições democráticas burguesas e não revela o nexo entre o procedimentalismo abstrato, baseado na igualdade jurídico-política, e a extração de sobretrabalho dos produtores diretos.

Últimas observações

Nos quatro capítulos em que são desenvolvidos os temas escolhidos pelo autor para expor a contribuição de Althusser, a escrita obedece à mesma estrutura. Uma introdução que contextualiza o tema, nas seções seguintes as principais questões e os autores que trataram delas em debate direto ou indireto com Althusser e, finalmente, uma conclusão que fecha o capítulo destacando o eixo argumentativo e o estado da arte. Enfim, apesar da abordagem francamente favorável, como o próprio título indica, a obra tem uma forma de exposição que foge ao elogio fácil e, ao cotejar Althusser com os problemas que ele enfrentou em seu contexto intelectual, Motta faz emergir paralelamente limites e lacunas e a fecundidade daquele autor.

Havia já algum tempo que se fazia necessário entre nós uma obra como essa, seguramente o mais importante esforço com o objetivo de oferecer uma visão de conjunto sobre a contribuição de Althusser, depois de Saes (1998), com base no estudo sistemático do autor. No que se refere a Althusser, têm predominado no Brasil o espírito jocoso e a crítica descuidada. Dispensamo-nos de citar os epítetos desqualificadores dirigidos a Althusser, como se as idiosincrasias pessoais (quem não as tem?) fossem critérios válidos para a crítica teórica. Quanto ao descuido da crítica, cito dois traços muito frequentes nelas: a descontextualização (frequentemente por desconhecimento da obra) das categorias althusserianas, isto é, a apreciação delas fora do campo do marxismo e, por consequência, a inserção em outra tradição intelectual.

Essa descontextualização nunca declarada, sempre opera por meio do mesmo mecanismo, com pouca variação de estilo: a citação de formulações de Althusser que caíram no domínio público sem citar as de Marx, objeto das suas considerações. Essa supressão tem dois efeitos: o primeiro, uma identificação “natural” entre Althusser a tradição intelectual que rivaliza com o marxismo no contexto intelectual francês da década de 1960, transformando, assim, interlocução em adesão, apesar da distância que separa a ambos, como assinala o próprio Althusser,

Malgrado as precauções tomadas para nos distinguir da ideologia “estruturalista” (dissemos claramente que a “combinação” que se encontra em Marx “nada tem a ver com uma combinatória”), apesar da intervenção decisiva de categorias estranhas ao “estruturalismo”: (determinação em última instância, dominação, sobredeterminação, processo de produção etc.), a terminologia que empregamos era sob diversos aspectos muito vizinha da terminologia “estruturalista” para não dar lugar a um equívoco. Se se exclui algumas raras exceções (algumas críticas perspicazes fizeram diferença), nossa interpretação de Marx foi reconhecida e julgada como uma homenagem à moda atual, como “estruturalista”.⁴

O segundo efeito daquela desconcontextualização, além de poupar os críticos de examinar os fundamentos da interpretação althusseriana de Marx, é a exclusão do exame da natureza materialista da dialética de Marx do debate no campo do marxismo, justamente o que Althusser se propôs a fazer.

O leitor encontra nesta obra a recuperação desses dois aspectos (Althusser no debate marxista e a natureza materialista da dialética de Marx), entre outros igualmente importantes, o que Motta oferece com abundância de informação e argumentação bem embasada.

Referências:

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Paz e Terra, 1999.

_____. *Lire Le Capital*. Paris: PUF, 1996.

_____. *Le Courant Souterrain du Matérialisme de la Rencontre*. In : *Écrits philosophiques et politiques*. Tome I, Paris: Stock/IMEC, 1994

_____. *Pour Marx*. Paris, François Maspero, 1973.

⁴ Prefácio de Althusser à edição francesa de 1996 de Lire Le Capital.

LENIN, V. I. O Estado e a revolução. In: Obras Escolhidas, v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MOTTA, Luiz Eduardo. *A Favor de Althusser: revolução e ruptura na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro: Gramma/Faperj, 2014.

POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris : François Maspero, 1968.

SAES, Décio. “O lugar dos conceitos de “estrutura” e ‘instituição” na pesquisa em educação”. In: Cadernos CERU, V. 23, n.º 1, 2013.

_____. O impacto da teoria althusseriana da História na vida intelectual brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. V. III. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

RECEBIDO EM 28-03-2016

APROVADO EM 27-09-2016